

RECURSO ESPECIAL Nº 1.828.435 - DF (2019/0219413-0)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : FIORENTINO CAPPELLESSO
ADVOGADOS : MAURI RICARDO REFFATTI - DF012237
IVAN ANÍSIO BRITO - DF016403
TAIZO GOES GENTIL - DF038812
RECORRENTE : ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DO BANCO DO BRASIL -
ASABB
ADVOGADO : MARCIA IOLANDA ALVES BARBOSA DE BRITO - SP351950
RECORRIDO : ANDRADE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - EPP
ADVOGADOS : KARLA P. KARLATOPOULOS DE ANDRADE - DF008475
FRANCIS LURDES GUIMARAES DO PRADO - DF024410
RECORRIDO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADA : ADEMARIS MARIA ANDRADE MACIEL - DF015460

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por FIORENTINO CAPPELLESSO, com fundamento na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, contra acórdão proferido pela Segunda Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, assim ementado (fls. 806/807):

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. PRELIMINARES. CERCEAMENTO DE DEFESA. *CITRA PETITA*. REJEIÇÃO. REPARAÇÃO DE DANOS. DESFAZIMENTO DE CONTRATOS ENVOLVENDO A AQUISIÇÃO DA FAZENDA ITIQUIRA E CESSÃO DE CRÉDITOS RELATIVOS A TERCEIRA PESSOA. AUSÊNCIA DE CULPA DOS RÉUS. IMPOSSIBILIDADE DE ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REDUÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Apelação interposta pela autora, Andrade Construtora E Incorporadora Ltda., contra sentença proferida em ação indenizatória proposta em desfavor do Banco Do Brasil S.A. e de Fiorentino CappellessO. 1.1. Sentença que afasta o dever de indenizar, porque não demonstrada a culpa dos réus pelos prejuízos suportados pela requerente. 1.2. Apelação da autora sustentando que os requeridos se uniram, em conluio, para prejudicá-la, dando causa à impossibilidade

de cumprimento de outros negócios jurídicos. Pedido de reforma da sentença, para que sejam deferidas as indenizações por danos materiais, morais e lucros cessantes.

2. O acolhimento do pedido de indenização fundado na responsabilidade civil supõe a caracterização do dano, da conduta culposa e do nexo de causalidade entre aquele e esta (arts. 186 e 927, CCB). 2.1. Ausente a prova de culpa dos réus, não há como responsabilizá-los pelos supostos prejuízos alegados pela demandante. 2.2. Hipótese em que houve a rescisão judicial de vários contratos celebrados pela autora com os réus e terceira pessoa, envolvendo a aquisição de uma propriedade rural (Fazenda Itiquira, em Planaltina de Goiás), sem que seja possível identificar qualquer conduta ilícita por parte dos requeridos.

3. Sem desmerecer a atuação profissional dos dedicados causídicos dos réus, diante da natureza e da complexidade da causa, a fixação dos honorários em 10% do valor da causa alcançaria a cifra de R\$ 785.000,00, valor considerado, no caso concreto, desproporcional. 3.1. Diante da excessiva oneração da parte sucumbente, aplica-se o art. 85, § 8º, do CPC, segundo o qual Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2o. 3.2. Em situações semelhantes, em que a sucumbência se mostra excessiva, esta Turma tem utilizado o mesmo dispositivo, para reduzir os honorários e fixá-los por equidade. 3.3. (...) A melhor exegese a se extrair da dicção do § 8º do art. 85 do Código de Processo Civil, é no sentido que a expressão 'inestimável' é a antítese do termo 'irrisório'. Enquanto este se refere às hipóteses em que proveito econômico extremamente é baixo, o outro, por sua vez, se identifica com as ações em que proveito obtido é surpreendentemente alto. Nessas circunstâncias, necessária é a fixação equitativa dos honorários advocatícios, ponderados conforme os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade (art. 85, § 2º, do CPC), com objeto de evitar excessos e o enriquecimento indevido a qualquer das partes. (20150610150706APC, Relator: Sandra Reves, 2ª Turma Cível, DJE: 11/05/2018).

4. Recurso parcialmente provido.

Os embargos de declaração opostos por BANCO DO BRASIL S/A e

FIORENTINO CAPPELLESSO foram rejeitados (fls. 860/867).

O recorrente sustenta ofensa ao artigo 85, §§ 2º e 8º, do Código de Processo Civil, sob o entendimento de que não é possível a fixação da verba honorária por equidade, em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para cada um dos réus, porque o caso não se enquadra nas hipóteses previstas no § 8º do mesmo artigo. Defende que devem ser observados os limites mínimos e máximos de arbitramento da verba honorária previstos no texto da legislação federal apontado.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Depreende-se dos autos que, em ação indenizatória julgada improcedente, o Tribunal de origem fixou os honorários advocatícios em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para cada um dos réus, com base no § 8º do Código de Processo Civil de 2015, pelos seguintes fundamentos (fl. 1.483/1.485):

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Na sentença, o Juízo *a quo* fixou honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor atribuído à causa, em favor de ambos os requeridos, com base no art. 85, §2º, do CPC.

Em apelação, a autora pede a redução dos honorários fixados em montante excessivo, qual seja, em R\$ 785.000,00 (10% sobre o valor da causa, que é de R\$ 7.850.000,00), para o patamar de R\$ 3.000,00 (fls. 666/688).

Sem desmerecer a atuação profissional dos dedicados causídicos dos réus, diante da natureza e da complexidade da causa, a fixação dos honorários em 10% do valor da causa alcançaria a cifra de R\$ 785.000,00 (setecentos e oitenta e cinco mil reais), valor considerado desproporcional, no caso concreto.

Diante da excessiva oneração da parte sucumbente, aplica-se o art. 85, § 8º, do CPC, segundo o qual "*Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2o.*"

Em situações semelhantes, em que a sucumbência se mostra excessiva, esta Turma tem utilizado o mesmo dispositivo, para reduzir os honorários e fixá-los por equidade. Nesse sentido:

"8. *A melhor exegese a se extrair da dicção do § 8º do art. 85 do Código de Processo Civil, é no sentido que a expressão 'inestimável' é a antítese do termo 'irrisório'. Enquanto este se refere às hipóteses em que proveito econômico extremamente é baixo, o outro, por sua vez, se identifica com as ações em que proveito obtido é surpreendentemente alto. Nessas circunstâncias, necessária é a fixação equitativa dos honorários advocatícios, ponderados conforme os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade (art. 85, § 2º, do CPC), com objeto de evitar excessos e o enriquecimento indevido a qualquer das partes. 9. Recursos conhecidos e desprovidos."* (20150610150706APC, Relator: Sandra Reves, 2ª Turma Cível, DJE: 11/05/2018).

Portanto, mostra-se razoável a condenação da autora ao pagamento de honorários advocatícios de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para os advogados de cada um dos réus, quantia que remunera o trabalho desenvolvido pelos procuradores até a data da sentença.

Observe, entretanto, que não estão caracterizadas quaisquer das hipóteses previstas no § 8º do artigo 85 do Código de Processo Civil de 2015 (arbitramento por apreciação equitativa), uma vez que o valor da causa foi atribuído pela autora, na data de 21 de março de 2014, no valor de R\$ 7.850.000,00 (sete milhões, oitocentos e cinquenta mil reais).

Desse modo, na ação indenizatória, não sendo o proveito econômico inestimável ou irrisório e o valor da causa muito baixo, deve ser aplicada ao caso a regra geral do § 2º do mesmo artigo, que determina expressamente a utilização de percentual sobre o valor atualizado da causa. Patente, portanto, a negativa de vigência ao referido texto da legislação federal.

Confirmam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E

8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.

2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).

3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.

4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art.

85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou

(III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.

6. Primeiro recurso especial provido para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido. Segundo recurso especial desprovido.

(REsp 1746072/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 29.3.2019);

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. SÚMULA Nº 7/STJ. NÃO INCIDÊNCIA. APRECIÇÃO EQUITATIVA. IMPOSSIBILIDADE. LIMITES LEGAIS. NÃO OBSERVÂNCIA. VALOR IRRISÓRIO. MAJORAÇÃO. POSSIBILIDADE.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. O Tribunal Superior de Justiça tem afastado o óbice da Súmula nº 7/STJ, para rever a verba honorária arbitrada nas instâncias ordinárias, quando verifica que o julgador se distanciou dos critérios legais e dos limites da razoabilidade para fixá-la em valor irrisório.

3. O § 8º do art. 85 do CPC/2015 se aplica somente quando o valor da causa é muito baixo e, além disso, seja irrisório ou inestimável o proveito econômico experimentado. Caso contrário, os honorários advocatícios devem ser arbitrados a partir do valor da causa ou do proveito econômico experimentado, com obediência aos limites impostos pelo § 2º do art. 85 do CPC/2015, os quais se aplicam, inclusive, nas decisões de improcedência e quando houver julgamento sem resolução do mérito.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1187650/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 30.4.2018);

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONDENAÇÃO. AUSÊNCIA. APRECIÇÃO EQUITATIVA. IMPOSSIBILIDADE. LIMITES PERCENTUAIS. OBSERVÂNCIA. RECURSO PROVIDO.

1. Ressalvadas as exceções previstas nos §§ 3º e 8º do art. 85 do CPC/2015, na vigência da nova legislação processual o valor da verba honorária sucumbencial não pode ser arbitrado por apreciação equitativa ou fora dos limites percentuais fixados pelo § 2º do referido dispositivo legal.

2. Segundo dispõe o § 6º do art. 85 do CPC/2015, "[o]s limites e critérios previstos nos §§ 2º e 3º [do mesmo art. 85] aplicam-se independentemente de qual seja o conteúdo da decisão, inclusive aos casos de improcedência ou de sentença sem resolução de mérito".

3. No caso concreto, ante o julgamento de improcedência dos pedidos deduzidos em reconvenção, não se tratando de demanda de valor inestimável ou irrisório, faz-se impositiva a majoração da verba honorária, estipulada em quantia inferior a 10% (dez por cento) do valor atribuído à causa.

4. Recurso especial provido.

(REsp 1731617/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 15.5.2018).

Em face do exposto, dou provimento ao recurso especial para fixar os honorários de sucumbência em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, em favor de ambos os réus, nos termos do § 2º do art. 85 do Código de Processo Civil.

Intimem-se.

Brasília/DF, 26 de novembro de 2019.

Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora